

VLK ADV

Onde o Direito impulsiona a Inovação

LULA IV, NOVO CONGRESSO E OS RUMOS DA REGULAÇÃO DIGITAL

Cenários, prioridades e desafios para o final de 2026 e a agenda de 2027

Este informe examina os efeitos da reeleição de Lula e da nova composição do Congresso sobre a agenda de regulação digital até o fim de 2027, com foco nas decisões políticas, nos riscos regulatórios e nos impactos para as empresas.

11 de novembro de 2026

www.vlklaw.com.br



Sumário Executivo

Resultado eleitoral e composição do Congresso

» Lula foi reeleito com 51,79% dos votos válidos. Embora preserve a orientação política da agenda digital, enfrentará um Congresso mais favorável à oposição: o PL terá 121 deputados e 28 senadores, e a direita ocupará ao menos 50 das 81 cadeiras do Senado. A aprovação de novas leis dependerá de coalizões negociadas por tema.

» A recomposição da ANPD, da Anatel e do Cade será uma das decisões mais relevantes da transição. Há vagas estratégicas nos três órgãos, e o Executivo pode encaminhar indicações ao Senado atual até o encerramento da sessão legislativa, em 22 de dezembro. A escolha dos dirigentes influenciará o ritmo de regulamentação e fiscalização em 2027.

» A governabilidade dependerá de acordos com partidos de centro, envolvendo ministérios, emendas parlamentares e a eleição das Mesas do Congresso. Uma eventual recondução de Hugo Motta e Davi Alcolumbre poderá facilitar a organização da pauta, sem garantir maioria para cada projeto.

» No Congresso, o PL 2.338/2023 (inteligência artificial) enfrenta divergências sobre direitos autorais, obrigações e governança, com baixa probabilidade de conclusão em 2026. O PL 4.752/2025 (cibersegurança) tende a ter a discussão retomada em 2027, inclusive em diálogo com a proposta do CNCiber.

» A regulação concorrencial dos mercados digitais (PL 4.675/2025), a aplicação dos decretos do Marco Civil da Internet, a fiscalização da ANPD e a implementação do Redata permanecerão fortes no radar.

» Para as empresas, o desafio será acompanhar simultaneamente decisões administrativas e negociações legislativas, com diferentes ritmos e graus de previsibilidade.

1. Lula foi reeleito, mas terá que negociar maioria no Congresso

A agenda digital ganhou espaço de destaque no discurso da vitória do Presidente Lula. Chamou a atenção a ênfase dada a temas como regulação das big techs, crimes digitais, inteligência artificial, infraestrutura de dados, economia digital e segurança pública, sinalizando sua relevância para o próximo mandato.

Regulação das big techs

» Afirmou que será necessário regular as plataformas digitais.

» Criticou o que classificou como intromissão externa no processo eleitoral brasileiro.

» Criticou empresas de grande porte que obtêm receitas bilionárias, mas, segundo Lula, não pagam impostos no Brasil.

Não especificou quais normas pretende aprovar nem quais mecanismos de responsabilização seriam adotados.

Crimes digitais

» Defendeu que crimes cometidos no ambiente digital sejam tratados da mesma forma que crimes praticados fora dele.

» Vinculou essa posição à defesa da regulação das plataformas digitais.

» Apresentou a vitória eleitoral como uma derrota da mentira e do negacionismo.

Não anunciou novos tipos penais, alterações legislativas específicas ou medidas concretas de investigação e repressão aos crimes digitais.



Inteligência Artificial

» Manifestou expressamente a intenção de desenvolver inteligência artificial nacional.

» Afirmou que não deseja que o Brasil continue dependendo exclusivamente de tecnologias chinesas ou americanas.

» Relacionou o desenvolvimento tecnológico à necessidade de ampliar a formação em matemática e engenharia.

» Inseriu essa proposta no contexto de uma estratégia mais ampla de investimentos em educação.

Não mencionou o PBIA ou a aprovação de um marco regulatório da IA, classificação de sistemas de alto risco, governança algorítmica ou obrigações específicas para desenvolvedores e empresas.

Data centers e dados

» Defendeu trazer ao país a infraestrutura necessária para armazenamento e processamento de informações.

» Destacou o potencial brasileiro de geração de energia renovável como fator relevante para atrair esses investimentos.

» Afirmou que empresas que instalarem data centers deverão reservar parte de sua capacidade para dados e informações do Brasil.

» Relacionou a expansão dos data centers à ambição de desenvolver inteligência artificial brasileira.

Não especificou percentuais de reserva, novas obrigações de localização de dados ou medidas concretas de implementação.

Economia Digital

» Apontou a economia digital como uma das áreas prioritárias para o desenvolvimento do país.

» Integração com a economia verde e criativa: apresentou as três economias como componentes de sua estratégia de desenvolvimento.

» Valorização do potencial criativo brasileiro: defendeu aproveitar a capacidade de inovação da população como instrumento de transformação econômica.

» Maior protagonismo internacional: relacionou o desenvolvimento econômico e tecnológico ao objetivo de fazer o Brasil deixar uma posição periférica e ocupar um papel central nas decisões internacionais.

Não foram anunciados programas específicos de financiamento, incentivos fiscais, metas de investimentos ou políticas industriais detalhadas.

Segurança Pública e Cibersegurança

» Defendeu ampliar a atuação da União na segurança pública, destacando a necessidade de maior participação federal no enfrentamento da criminalidade.

» Reforçou o compromisso de intensificar o combate à criminalidade e fortalecer a segurança da população.

» Conexão com a cibersegurança: embora não tenha tratado especificamente de cibersegurança nesse trecho, suas declarações podem ter desdobramentos para o enfrentamento de crimes cibernéticos, fraudes digitais e outras atividades criminosas praticadas com o uso de tecnologias.

Não anunciou medidas específicas de cibersegurança. A conexão decorre da agenda de segurança pública e das declarações sobre o combate aos crimes digitais.



Comunicação Digital

» Ampliação da comunicação digital do governo: anunciou que os meios digitais terão espaço significativamente maior em seu próximo mandato.

» Mudança na forma de governar: declarou que a experiência eleitoral trouxe aprendizados que serão incorporados à atuação do governo.

» Comunicação direta com a população: afirmou que pretende conversar diretamente com os brasileiros várias vezes ao dia, utilizando ferramentas digitais.

» Maior participação popular: prometeu ampliar a participação da população nas decisões governamentais.

» Reconhecimento da mobilização digital: agradeceu a atuação na mobilização digital durante a campanha.

Não anunciou a criação de plataformas governamentais específicas, novas estruturas de comunicação ou políticas públicas de participação digital.

Congresso Nacional

» Mencionou expressamente que o novo Congresso Nacional é mais conservador, o que poderia representar dificuldades para o governo, segundo terceiros.

» Destacou que a composição do Congresso foi escolhida pela população e deve ser respeitada.

» Afirmou que pretende trabalhar com o Congresso eleito para aprovar suas iniciativas.

» Diálogo com diferentes segmentos: anunciou a intenção de realizar reuniões com empresários, educadores, cientistas e mulheres para discutir os próximos passos do governo.

Não apresentou estratégia específica de negociação parlamentar nem identificou projetos prioritários para apreciação pelo novo Congresso.

O PL elegeu 121 deputados, a maior bancada de um único partido desde 1990. A Federação Brasil da Esperança terá 88 deputados; a Federação União Progressista, formada por União Brasil e PP, terá 87; o PSD terá 43; o Republicanos, 41; o MDB, 36; e o Podemos, 27. A maioria absoluta na Câmara exige 257 votos, e uma proposta de emenda à Constituição exige 308.

No Senado, o PL terá 28 senadores, o PT manterá nove, o MDB terá oito e o PSD, cinco. A direita terá ao menos 50 das 81 cadeiras, mas nenhum partido alcançará sozinho os 41 votos da maioria absoluta. O governo precisará negociar apoio nas duas Casas.

Neste informe, “Centrão” designa PSD, MDB, União Brasil, PP, Republicanos e Podemos. A maioria desses partidos apoiou Flávio no segundo turno, mas a posição das direções não determina o voto de todos os parlamentares. A negociação do governo deve passar pela composição ministerial, pela execução das emendas e pela eleição das Mesas em 1º de fevereiro de 2027.



2. Cenários e trajetória da pauta digital

A agenda digital pode avançar por leis ou, nos limites das competências de cada órgão, por decretos e atos da ANPD, da Anatel e do Cade. Os três cenários abaixo variam conforme a capacidade do Executivo de formar maiorias e reduzir a obstrução parlamentar.

Cenário	Configuração política
Maioria negociada	Lula negocia apoio com partidos do Centrão. Motta e Alcolumbre são reconduziwdos. Os acordos são feitos por tema e dependem de cargos, emendas e concessões nos projetos.
Oposição organizada	O PL converte sua bancada em controle de uma Mesa ou em poder de veto sobre a pauta. Partidos de centro limitam o apoio ao governo, mesmo que participem da Esplanada.





3. Como os cenários devem afetar a regulação digital em 2027

A maioria negociada é o cenário-base considerado neste informe. A oposição organizada pode dificultar votações e indicações.

Inteligência artificial

» **Cenário 'Maioria Negociada':** a Câmara recompõe a comissão especial do PL 2.338/2023 em 2027 e negocia direitos autorais, obrigações e governança. A tramitação pode ganhar velocidade, mas a aprovação e sanção ainda em 2027 dependeria de um acordo amplo e de calendário favorável.

» **Cenário 'Oposição Organizada':** o impasse pode reduzir o texto a medidas de fomento, deixando a regulação principalmente para a ANPD (dados pessoais) e os reguladores setoriais.

Proteção de dados e ANPD

» **Cenário 'Maioria Negociada':** o Senado Federal atual aprova, ainda em 2026, os três nomes indicados por Lula para o Conselho Diretor da ANPD, consolidando a continuidade da agenda de regulação da Agência ao longo de 2027 e em diante. O colegiado completo dá tração à pauta regulatória do órgão e o aprofundamento e possivelmente a aceleração das atividades de monitoramento, fiscalização e sancionamento de agentes regulados. A concretização desse cenário depende, também, da realização e preenchimento das vagas de concurso público. A revisão dos regulamentos de fiscalização, sanção e de dosimetria consolidam a expansão das competências de supervisão da ANPD para temas além da LGPD, abrangendo o ECA Digital, o Marco Civil da Internet e pontos estratégicos da agenda de regulação de IA.

» **Cenário 'Oposição Organizada':** as indicações podem ficar para o novo Senado, prolongando interinidades e retardando decisões colegiadas. A execução das normas vigentes prossegue, ainda que em ritmo potencialmente menor.

Plataformas digitais

» **Cenário 'Maioria Negociada':** o governo consegue preservar a aplicação dos Decretos nº 12.975/2026 e nº 12.976/2026 diante do PDL 454/2026 e negocia, no PL 4.675/2025, critérios para designação de agentes de relevância sistêmica e imposição de obrigações concorrenciais.

» **Cenário 'Oposição Organizada':** o PDL 454/2026 ganha força na Câmara, e o PL 4.675/2025 enfrenta maior resistência quanto à extensão dos poderes do Cade.



Cibersegurança

» **Cenário 'Maioria Negociada':** mantemos como possível, mas improvável, a aprovação do PL 4.752/2025 pelo Senado Federal ainda em 2026. O próprio relator já se manifestou favorável a levar o debate para o ano que vem. Se aprovado, o projeto segue para a apreciação da Câmara dos Deputados ao longo de 2027, com aprovação provável na próxima legislatura, em especial diante da premência da pauta da segurança de infraestruturas digitais críticas e o avanço do emprego de sistemas de IA para a exploração de vulnerabilidades na internet.

» **Cenário 'Oposição Organizada':** projetamos que, ainda assim, o texto deve avançar, em especial como resultado de sua autoria multipartidária e sua convergência potencial e provável com a proposta publicada pelo CNCiber. A natureza técnica e premente da matéria favorece o cenário de independência do assunto em relação a acordos entre o governo e o Congresso Nacional.

Data centers e telecomunicações

» **Cenário 'Maioria Negociada':** o governo conclui a regulamentação do Redata e negocia com o Centrão, ao longo de 2027, a lei complementar que adequa o regime à CBS. Há risco de introdução de contrapartidas adicionais em virtude do discurso de internet soberana e o fomento ao desenvolvimento de uma IA brasileira – em linha com manifestações recentes do presidente Lula. O PLP 230/2025, sobre a vedação ao contingenciamento de recursos do Fust e a possibilidade de execução direta de projetos de conectividade pelas operadoras com abatimento da respectiva contribuição ao Fundo, avança no Senado com alterações negociadas com o governo.

» **Cenário 'Oposição Organizada':** a adequação do Redata à CBS compete por prioridade com a agenda fiscal; o PLP 230/2025, ao qual o governo se opôs na Câmara, torna-se objeto de negociação entre Senado e governo.



4. Da eleição à posse do novo Congresso

Até o encerramento da sessão legislativa, em 22 de dezembro de 2026, o governo poderá tentar aprovar projetos e submeter indicações para os órgãos reguladores ao Senado atual. A transição prosseguirá até a posse do novo Congresso e a eleição das Mesas, em 1º de fevereiro de 2027.

» **Indicações para a ANPD**. Na ANPD, há três vagas a preencher. Uma está aberta desde novembro de 2025; as outras decorrem do término dos mandatos de Waldemar Gonçalves Ortunho Junior, em 5 de novembro, e Miriam Wimmer, em 15 de dezembro. Para a presidência da Agência, a imprensa especializada relata os nomes de João Brant (SECOM) e Pedro Pontual (Casa Civil) como possibilidades.

» **Indicações para a Anatel.** O mandato de Carlos Baigorri na presidência da Anatel terminou em 4 de novembro. Alexandre Freire, vice-presidente da Agência, assumiu interinamente. A Anatel costuma receber indicados de partidos do Centrão, embora o governo tenha assegurado um nome próprio no Conselho Diretor no mandato atual, o que insere a escolha na negociação com essas legendas.

» **Indicações para o Cade.** O órgão opera sem presidente efetivo desde julho de 2025, com quatro dos sete integrantes do Tribunal. Carlos Jacques é apontado como possível presidente, e Diogo Thomson de Andrade, atual presidente interino, é citado para a Superintendência-Geral. As nomeações serão relevantes para a capacidade institucional do Cade e para a eventual implementação do regime de mercados digitais proposto no PL 4.675/2025.

» **As indicações dependerão de aprovação do Senado.** Se não forem encaminhadas e votadas antes do recesso, sua análise ficará para a legislatura iniciada em fevereiro de 2027.

» **Ministérios e eleição das Mesas.** A distribuição de cargos e as emendas parlamentares serão instrumentos centrais da negociação política. O PLN 24/2026 prevê até R$ 57,5 bilhões em emendas para 2027, dos quais R$ 44,8 bilhões têm execução obrigatória. Também está em discussão a criação de uma secretaria vinculada à Presidência ou de um ministério para concentrar a coordenação da agenda digital, atualmente dispersa entre diferentes estruturas do Executivo.

» **Hugo Motta e Davi Alcolumbre.** A eventual recondução de ambos poderia facilitar a inclusão de pautas digitais na Ordem do Dia, mas depende dos votos de suas respectivas Casas. A bancada do PL, especialmente na Câmara, terá capacidade de influenciar essa negociação.

» **Decisões e prazos** até o início de 2027:

» **Projetos de lei**. Até 22 de dezembro, ainda podem ocorrer deliberações sobre os PLs 2.338/2023 (IA), 4.675/2025 (mercados digitais) e 4.752/2025 (cibersegurança). O avanço dependerá de acordos específicos e da disponibilidade de pauta.

» **ANPD. A consulta pública sobre dosimetria termina em 30 de novembro,** e a Agenda Regulatória 2027–2028 deverá ser aprovada até 1º de fevereiro de 2027.

» **Redata. Os incentivos vinculados a PIS/Cofins e IPI produzem efeitos até 31 de dezembro de 2026;** a continuidade sob a CBS dependerá de adequação legislativa em 2027.

» **Ponto de atenção institucional.** A recomposição das diretorias influenciará a capacidade de implementação dos novos deveres regulatórios e de supervisão.

» **Ponto de atenção empresarial.** As organizações deverão preparar seus planos de conformidade para atos administrativos que poderão preceder o desfecho dos projetos em tramitação.





5. Perspectivas para a regulação digital em 2027

Em 2027, a atuação administrativa tende a produzir resultados mais imediatos do que os projetos de lei ainda sujeitos a negociação. Entre as prioridades legislativas, além de IA e mercados digitais, está o PL 2.331/2022, sobre serviços de vídeo sob demanda, cujo texto aprovado pela Câmara aguarda deliberação final no Senado.

Inteligência artificial

O PL 2.338/2023, aprovado pelo Senado em dezembro de 2024, aguarda parecer na comissão especial da Câmara e recebeu mais de 37 proposições apensadas. Entre elas está o PL 6.237/2025, do Executivo, que propõe criar o Sistema Nacional para Desenvolvimento, Regulação e Governança de Inteligência Artificial e prevê a ANPD como autoridade reguladora residual.

A negociação do marco de IA concentra-se no regime por níveis de risco, nos deveres de desenvolvedores e aplicadores, na governança e na remuneração de direitos autorais. A ausência de parecer e o calendário parlamentar tornam pouco provável uma votação conclusiva em 2026.

A comissão especial deverá ser recomposta em 2027. A projeção-base deste informe é de retomada das negociações nesse ano, com conclusão legislativa mais plausível em 2028. Até lá, seguem aplicáveis as normas setoriais e competências já atribuídas à ANPD, inclusive quanto a decisões automatizadas previstas no art. 20 da LGPD.

Na política externa de IA, o governo terá de submeter ao Congresso o acordo constitutivo da Organização Mundial de Cooperação em Inteligência Artificial (Waico), assinado pelo Brasil em julho de 2026. Liderada pela China, com sede em Xangai e participação da Rússia entre os fundadores, a iniciativa, ao lado da proposta de Conselho Nacional pela Soberania Digital, sinaliza uma orientação internacional própria para a agenda brasileira.

Na política pública, o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) deve seguir como instrumento para o uso de IA no serviço público, com a aquisição de um supercomputador prevista para entrar em operação em 2027.

Proteção de dados, ANPD e CNPD

Desde abril de 2026, a ANPD exerce atribuições de agência reguladora. Suas responsabilidades foram ampliadas pelo ECA Digital e pelos Decretos nº 12.975/2026, relativo ao Marco Civil da Internet, e nº 12.976/2026, sobre proteção das mulheres e enfrentamento da violência digital. A revisão dos regulamentos de fiscalização e dosimetria e a futura composição do Conselho Diretor influenciarão a intensidade da supervisão em 2027. O CNPD, sem reuniões desde junho de 2026, ainda depende de recomposição.

Plataformas digitais e mercados digitais

O PDL 454/2026 propõe sustar os Decretos nº 12.975/2026 e nº 12.976/2026, que permanecem em vigor. A validade do Decreto nº 12.975 também é questionada no STF pela ADI 7.981. A aplicação das regras pela ANPD e a tramitação do PDL manterão em debate os deveres dos provedores de aplicações.

O PL 4.675/2025 propõe autorizar o Cade a identificar agentes de relevância sistêmica em mercados digitais, impor-lhes obrigações específicas e criar uma estrutura de supervisão especializada. O alcance desses poderes e os critérios de designação serão pontos centrais da negociação legislativa.

A tributação das grandes plataformas também deve entrar na agenda de 2027, embora seu formato ainda não esteja definido. A investigação dos Estados Unidos sobre práticas digitais brasileiras sob a Seção 301 acrescenta uma dimensão comercial ao tema.

A regulação do trabalho intermediado por aplicativos também deverá ser retomada. O PLP 152/2025, que trata de motoristas e entregadores, teve a votação adiada em abril de 2026 a pedido do governo e travou após o ministro Guilherme Boulos, da Secretaria-Geral da Presidência, exigir um piso de remuneração por corrida para os profissionais, rejeitado pelas empresas do

setor. Com a saída do relator Augusto Coutinho, a discussão deverá recomeçar na nova legislatura.

Cibersegurança

O PL 4.752/2025 tem parecer favorável da CCJ e aguarda deliberação terminativa na CCT. Sua autoria multipartidária e a possível convergência com o texto discutido pelo CNCiber favorecem a continuidade das negociações em 2027. A principal decisão de mérito será a definição dos deveres para serviços essenciais e infraestruturas críticas e da divisão de competências entre o GSI, a Anatel e eventual nova autoridade nacional de cibersegurança.

Data centers, tecnologia e telecomunicações

O Redata, instituído pela Lei nº 15.504/2026, ainda depende da definição regulamentar dos critérios de habilitação e dos equipamentos elegíveis. A lei reserva ao mercado interno ao menos 10% da capacidade beneficiada. Embora o regime tenha duração de cinco anos, a transição dos incentivos tributários para a CBS exigirá nova solução legislativa em 2027. O atraso regulamentar diminuiu a janela de investimentos em 2026 e testará a capacidade de atração dos R$ 500 bilhões estimados pelo Executivo.

A defesa de uma inteligência artificial brasileira e de data centers abastecidos por energia renovável pode aumentar a pressão por contrapartidas, a serem definidas na regulamentação e na futura lei complementar. O desenvolvimento de uma nuvem soberana é apontado como preocupação do novo mandato e pode resultar em incentivos a grandes empresas brasileiras para atuar no setor. Os impactos ambientais e sociais da instalação de data centers no território nacional também tendem a entrar na pauta em 2027, em movimento semelhante ao observado nos Estados Unidos.

Em telecomunicações, o PLP 230/2025, aprovado pela Câmara e em análise no Senado, pretende impedir o contingenciamento do Fust e prorrogar até 2031 a execução direta de projetos pelas prestadoras. Como o governo se opôs ao texto na Câmara, sua aprovação dependerá de negociação sobre o uso do Fundo. O custo de capital seguirá influenciando a viabilidade de novos investimentos no setor.

6. Conclusão

O principal fator de incerteza para 2027 não é a permanência da agenda digital, mas a forma e a velocidade de sua execução. A ausência de maioria automática do Governo no Congresso tende a ampliar o peso dos acordos políticos, enquanto as autoridades podem avançar na aplicação de normas já vigentes.

Para as empresas, a resposta mais eficiente é separar dois horizontes de gestão: adequações decorrentes de regras e fiscalizações já aplicáveis e preparação para projetos cujo conteúdo ainda poderá mudar. Essa distinção ajuda a priorizar recursos sem antecipar obrigações que ainda estão em discussão.

Três movimentos merecem acompanhamento próximo:

1. A nomeação dos dirigentes da ANPD (e sua estrutura mais robusta), da Anatel e do Cade;

2. A agenda regulatória e fiscalizatória desses órgãos; e

3. A formação de maiorias no Congresso para os projetos de IA, mercados digitais, cibersegurança e infraestrutura.

A leitura combinada desses sinais permitirá antecipar riscos e oportunidades para produtos, operações e investimentos.



Direito,
Inovação
& Tecnologia

Onde o **Direito**
impulsiona a **Inovação.**

AUTORES



Rony Vainzof
rony@vlklaw.com.br



Caio Lima
caio@vlklaw.com.br



Daniel Stivelberg
daniel.stivelberg@vlklaw.com.br



Tayná Araújo
tayna.araujo@vlklaw.com.br



Emílio Loures
emilio.loures@vlklaw.com.br

SOBRE NÓS

No VLK, **o Direito não é barreira**. É impulso para **inovar, viabilizar negócios** e construir uma sociedade mais próspera e justa.

Somos uma **boutique de Direito Digital** movida por **entregas que fazem a diferença**.

Conciliamos:

» Riscos e oportunidade;
» Complexidade e clareza; e
» Proteção e progresso.

Não importa o quão ousado seja o projeto: **faremos acontecer**, com segurança e **quebrando formalismos desnecessários**, nas seguintes áreas:

» Proteção de Dados Pessoais
» Governança Ética e Responsável de IA
» Cibersegurança e Resposta a Incidentes
» Legal Marketing e Propriedade Intelectual
» Regulação de Tecnologia
» Contencioso Estratégico